

Servidores acionam CNJ para evitar redução no orçamento do Judiciário

Medida visa garantir a proposta original de R\$ 12,3 bilhões, reduzido para R\$ 5,7 bilhões, para a reposição de perdas salariais

DA REDAÇÃO

Servidores do Judiciário decidiram ingressar com um procedimento administrativo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, para que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) recorra ao Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa da peça orçamentária do Poder Judiciário. A previsão orçamentária era de R\$ 12,3 bilhões, mas o Poder Executivo reduziu para R\$ 5,7 bilhões, ao enviar a proposta à Assembleia Legislativa.

A decisão dos servidores foi tomada na tarde de terça-feira, durante manifestação em frente à Assembleia Legislativa, local onde, pouco depois, participaram de uma audiência pública sobre o orçamento do TJ.

Os servidores decidiram também ingressar com um pedido no CNJ para que seja regulamentado o sistema de mutirão, para compensar os dias de greve que perdurou de abril a agosto deste ano.

Na manifestação e da audiência participaram servidores dos fóruns da Baixada Santista, do Interior e da Capital, além de dirigentes de entidades representativas dos funcionários do Judiciário.

O presidente da Associação de Base dos Servidores e Funcionário do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs), Alexandre dos Santos, mostrou que a continuidade da mobilização é o caminho para as conquistas, citando o exemplo da luta na efetivação pelos servidores do regime Lei 500: "Se quisermos avançar, devemos nesse momento continuar com a unidade da categoria".

O secretário geral da Assojubs, Hugo Coviello, alertou os servidores: "Se o entendimento sobre o conceito de mutirão não for esclarecido, segundo a lei de



Manifestação na Assembleia Legislativa contou com a participação de mais de mil servidores de fóruns da Baixada, Interior e da Capital

greve, pode se caracterizar como um descumprimento do acordo, abrindo, portanto, a possibilidade para que os judiciários entrem novamente em greve".

COLÉGIO DE LÍDERES

Pouco depois do início da audiência pública, os representantes foram chamados ao encontro semanal do Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa, por volta das 15 horas. Lá, os servidores defenderam a peça orçamentária original, reforçando a preocupação com a sugestão de corte próximo a

54% feita pelo Executivo. Os dirigentes das entidades dos servidores alertaram os parlamentares sobre os riscos para atividades judiciais em 2011, caso a situação não seja revista.

O presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apmagis), Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, pediu aos deputados prioridade à demanda dos servidores dentro da peça orçamentária. Ele pediu para que os parlamentares não aprove o corte proposto pelo Executivo, tendo em vista a necessidade de recursos para quitar a

reposição das perdas inflacionárias contida no acordo do dissídio. "É preciso haver um choque de gestão no Judiciário, mas sem recursos mínimos é impossível, principalmente na área de pessoal, responsável pela prestação jurisdicional".

Já o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção São Paulo (OAB-SP), Marcos da Costa, ressaltou a junção de todos os elos do Judiciário em razão de um mesmo pleito: a integralidade da proposta orçamentária apresentada pelo TJ. Marcos da

Costa lembrou que 90% do orçamento está comprometido com a folha de pagamento e mesmo assim não contempla as reivindicações dos servidores. Ele citou dois exemplos absurdos na redução do repasse

Greve

"Se o entendimento sobre o conceito de mutirão não for esclarecido, segundo a lei de greve, pode se caracterizar como um descumprimento do acordo, abrindo, portanto, a possibilidade para que os judiciários entrem novamente em greve"

Hugo Coviello,
secretário geral da Assojubs

defendido pelo Executivo. "O corte afeta a instalação de varas e câmaras digitais e a criação de cadastro de menores, reduzidos para a quantia simbólica de R\$ 10,00 na rubrica orçamentária".

